

PARECER ÀS EMENDAS DE PLENÁRIO OFERECIDAS
AO PL nº 1.924, DE 2025

PROJETO DE LEI nº 1.924, DE 2025

Institui a Estratégia de
Desenvolvimento Infantil (EDI 0-5).

Autora: Deputada Laura Carneiro - PSD/RJ

Relator: Deputado Rafael Brito

I - VOTO DO RELATOR

Durante a discussão da matéria, foram apresentadas 02 Emendas de Plenário.

A Emenda nº 1, do Deputado Junior Amaral exclui a expressão “sexo” do inciso III do art. 6º-A; altera o inciso X do art. 6º-A para substituir a redação “e enfrentamento das diversas formas de discriminação” por “sem discriminação”; bem como modifica o inciso I do art. 6º-C para especificar que se garantirá proteção e a defesa dos direitos das crianças contra a “discriminação” em substituição a “e as diversas formas de discriminação”.

A Emenda nº 2, da Deputada Chris Tonietto, altera o art. 2º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para definir a primeira infância como o período desde a gestação até os 6 anos de idade.

Analizamos com cuidado as emendas apresentadas.

Em relação à Emenda de Plenário nº 1, optei por acatar as alterações propostas. Elas refletem preocupações legítimas que podem ser acolhidas sem prejuízo para o texto.



Em relação à alteração do art. 2º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, o Marco Legal da Primeira Infância, optei por manter a redação atual, já consolidada em vários documentos sobre a primeira infância. A Emenda de Plenário nº 2 está, portanto, rejeitada.

Além disso, no desenrolar das discussões em Plenário, considerei adequado acolher sugestões para a exclusão dos arts. 3º e 4º do Substitutivo apresentado no Parecer Preliminar. Essa modificação é essencial para aprimorar a segurança jurídica dos instrumentos de planejamento do SUS, que já estão muito bem sedimentados nos entes federados, bem como evitar alterações desnecessárias na Lei do SUAS.

Ante o exposto, no âmbito da Comissão de Educação, somos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, na forma da Subemenda Substitutiva em anexo, e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2.

Na Comissão de Previdência, Assistência Social, Infância Adolescência e Família, somos pela aprovação da Emenda de Plenário nº 1, na forma da Subemenda Substitutiva apresentada pela Comissão de Educação, e pela rejeição da Emenda de Plenário nº 2.

Na Comissão de Finanças e Tributação, somos pela adequação financeira e orçamentária de todas as Emendas de Plenário e da Subemenda Substitutiva apresentada pela Comissão de Educação.

Na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania, somos pela constitucionalidade, juridicidade e boa técnica legislativa de todas as Emendas de Plenário e da Subemenda Substitutiva apresentada pela Comissão de Educação.

Sala das Sessões, em de outubro de 2025.

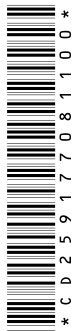
Deputado RAFAEL BRITO

Relator





Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259177081100>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Rafael Brito



COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

SUBEMENDA SUBSTITUTIVA AO PROJETO DE LEI Nº 1.924, DE 2025

Altera a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, para dispor sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPi).

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei dispõe sobre a Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPi), prevista no art. 6º da Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

Art. 2º A Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 6º A Política Nacional Integrada da Primeira Infância (PNIPi) será formulada e implementada mediante abordagem e coordenação intersetorial que articule as diversas políticas setoriais, a partir de uma visão abrangente de todos os direitos da criança na primeira infância.

Parágrafo único. A implementação da PNIPi será coordenada pela União, em articulação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.” (NR)

“Art. 6º-A. São diretrizes da PNIPi:

I - interesse das crianças e sua condição de sujeitos de direitos;

II - desenvolvimento integral das crianças;

III - respeito à individualidade das crianças brasileiras, considerados seus contextos socioeconômicos, culturais, territoriais e regionais, étnico-raciais e deficiência;

IV - redução das desigualdades no acesso a bens e serviços públicos que atendam aos direitos das crianças na primeira infância, de suas famílias e responsáveis legais;



V - priorização de ações destinadas às crianças com deficiência ou cujas famílias se encontrem em situação de risco e vulnerabilidade social;

VI - abordagem participativa no aprimoramento da qualidade das ações e na garantia da oferta dos serviços públicos;

VII - intersectorialidade e integração de políticas públicas das áreas da saúde, da educação, da assistência social, da cultura, dos direitos humanos, da justiça, da habitação, da igualdade racial, entre outras;

VIII - articulação em âmbito federal e em colaboração com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios;

IX - proteção integral das crianças, garantidos o direito à vida, ao cuidado, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária;

X - igualdade de oportunidades e promoção da equidade sem discriminação;

XI - acesso das famílias com crianças na primeira infância às políticas públicas de transferência de renda, em articulação com as demais políticas;

XII - simultaneidade na oferta dos serviços para crianças na primeira infância e seus cuidadores, reconhecida a relação de interdependência entre ambos, nos termos do disposto na Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024;

XIII - fortalecimento do planejamento, do monitoramento e da avaliação como ferramentas centrais para a execução e o aprimoramento contínuo da PNIP;

XIV - garantia de acessibilidade plena em todas as políticas públicas destinadas às crianças na primeira infância; e

XV - territorialização e descentralização dos serviços públicos ofertados, considerados os interesses das crianças na primeira infância e de seus cuidadores, nos termos do disposto na Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024.”

“Art. 6º-B. São objetivos da PNIP:

I - garantir a absoluta prioridade das crianças ao acesso a direitos e políticas públicas, nos termos do disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

II - garantir o direito ao cuidado às crianças na primeira infância sob a perspectiva integral e integrada de políticas públicas que reconheçam a interdependência da relação entre as crianças e seus cuidadores, nos termos do disposto na Lei nº 15.069, de 23 de dezembro de 2024;



III - fortalecer, ampliar e qualificar o acesso a bens e serviços públicos para as crianças na primeira infância e para seus cuidadores;

IV - promover a integração das políticas públicas setoriais relativas à primeira infância;

V - coletar, integrar gradualmente e manter atualizados os dados e as informações das políticas públicas setoriais relativas à criança e a seus responsáveis legais; e

VI - fortalecer a comunicação do Poder Público com famílias e responsáveis legais para prestar esclarecimentos sobre direitos e divulgar informações destinadas ao desenvolvimento de crianças na primeira infância.”

“Art. 6º-C. São eixos estruturantes da PNIP, coordenados pelo órgão federal competente:

I - viver com direitos - garantia da proteção e da defesa dos direitos das crianças contra o abuso, o racismo, a discriminação e a violência;

II - viver com educação - garantia de acesso e permanência na educação infantil de qualidade com aprendizagem e desenvolvimento integral;

III - viver com saúde - garantia ao cuidado integral à saúde;

IV - viver com dignidade - garantia ao cuidado, à proteção e à assistência social; e

V - integração de informações e comunicação com as famílias - criação de condições para a oferta de serviços públicos integrados e de comunicação do poder público com famílias e responsáveis legais.

§ 1º A coordenação de cada eixo estruturante da PNIP deve considerar a atuação integrada das políticas públicas na gestão dos programas e das ações de natureza intersetorial.

§ 2º A estrutura de governança dos eixos estruturantes, definida em regulamento, terá como objetivos:

I - articular e coordenar a integração de políticas públicas setoriais destinadas à garantia dos direitos das crianças na primeira infância;

II - promover a articulação com os entes federativos para a implementação da PNIP;

III - coordenar a integração de dados sobre a primeira infância e o desenvolvimento de ferramentas tecnológicas para a comunicação com as famílias; e

IV - coordenar a estratégia de monitoramento e avaliação da PNIP.”



“Art. 6º-D. A implementação da PNPI obedecerá a plano de ação estratégico, com periodicidade de vigência quadrienal, definido para monitorar a implementação das ações, bem como avaliar a sua execução e os resultados alcançados.

Parágrafo único. Para fins do disposto no caput, a estratégia de monitoramento e avaliação da PNPI deve assegurar a definição de métricas e a consolidação de indicadores capazes de mensurar a evolução dos padrões de desenvolvimento integral da criança na primeira infância.”

“Art. 6º-E. A União coordenará a implementação de uma estratégia nacional de integração de dados sobre a primeira infância, para reunir e articular informações, no âmbito de programas e serviços públicos, provenientes dos sistemas de informação dos entes federativos relativos às gestantes, às crianças de zero a seis anos de idade e aos seus responsáveis legais.

§ 1º A estratégia de integração de dados de que trata o caput deste artigo:

I - deverá assegurar a interoperabilidade entre os registros administrativos, com o objetivo de apoiar o planejamento, a execução e a avaliação das políticas públicas voltadas à primeira infância;

II - constará do conjunto de ações do plano para a primeira infância da União, no eixo estruturante referente à integração de informações e comunicação com as famílias e responsáveis legais, de que trata o inciso V do art. 6º-C desta Lei.

§ 2º As informações integradas deverão possibilitar a implementação, por parte da União e dos demais entes federativos, de estratégias de comunicação direta com as famílias e responsáveis legais, atendidos os princípios da finalidade, necessidade, minimização e segurança da informação, bem como as demais disposições da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018.”

“Art. 7º A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios poderão instituir, nos respectivos âmbitos, comitês intersetoriais de políticas públicas da primeira infância com a finalidade de:

I - assegurar a articulação das ações voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança, garantida a participação social por meio dos conselhos de direitos;

II - coordenar, acompanhar e articular a implementação dos respectivos planos para a primeira infância.

.....” (NR)



“Art. 8º

§ 1º

§ 2º Os planos para a primeira infância elaborados pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios deverão estar articulados com a (PNIPI) e garantir participação da sociedade civil e das instâncias de controle social na elaboração, no acompanhamento e na fiscalização dos planos.

§ 3º Caberá a cada ente federativo designar, por ato do Poder Executivo, o órgão responsável pela coordenação geral do respectivo plano para a primeira infância e os órgãos responsáveis por cada um dos eixos estruturantes de seu plano, em consonância com a PNIPI.

§ 4º Os planos de que trata o § 1º deste artigo contemplarão:

I - objetivos, iniciativas, indicadores de acompanhamento e metas relacionados à primeira infância no respectivo território.

II - no mínimo, os cinco eixos estruturantes da PNIPI, de que trata o art. 6º-C desta Lei;

III - a necessidade de elaboração de planos de ação com metas e indicadores, com periodicidade de vigência quadrienal.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em de de 2025.

Deputado RAFAEL BRITO
Relator

